

Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios

Museology Course at UNIRIO: 90 years of advances and challenges

Ivan Coelho de Sá*

Resumo: A proposta deste artigo é fazer um relato sobre a implantação do ensino/formação em Museologia, no Brasil, sob a perspectiva do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional-MHN, destacando suas transformações ao longo dos 90 anos de sua existência. O caráter retrospectivo tem como objetivo retomar os aspectos considerados mais importantes da trajetória deste curso fundador, atualmente sediado na Escola de Museologia da UNIRIO, visando uma percepção panorâmica de todo o processo e pontuando avanços e desafios que marcaram e influenciaram a própria construção do campo. Diante da extensão e abrangência do tema, o suporte teórico fundamenta-se numa síntese das pesquisas, sobretudo em fontes primárias, realizadas a partir de 2005, pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil- NUMMUS. Os objetivos deste Núcleo concentram-se na pesquisa, preservação e divulgação da história e da memória da Museologia no país, com ênfase nas matrizes e desdobramentos do processo de construção do ensino e da formação. A estrutura do texto reproduz a palestra apresentada pelo autor na “Jornada 90 anos da formação em Museologia no Brasil: desafios e perspectivas”, em 07/03/2022.

Palavras-chave: Curso de Museus – MHN. Curso de Museologia – UNIRIO. Formação em Museologia. Ensino de Museologia.

Abstract: The proposition for this article is to make a report on the implementation of education/graduation in Museology, in Brazil, through the perspective of the Curso de Museus (Museums Course) from the Museu Histórico Nacional-MHN (National History Museum), enhancing its transformations throughout its 90 years of existence. The retrospective aspect seeks to retrieve the features considered to be most important in the trajectory of this founding course, actually based at Museology School from UNIRIO, aiming at a panoramic perception of the entire process and pointing out advancements and challenges that marked and influenced the very construction of the field. Considering the wideness and reach of this theme, the theoretical grounding is based upon a synthesis of the researches, specially in primary sources, developed since 2005, by the Núcleo de Memória da Museologia no Brasil- NUMMUS (Center for Museology Memory in Brazil). The objectives of this Center are focused on the research, preservation and publishing of the history and memory of Museology around the country, with emphasis on the roots and the unfolding of the process of constructing the education and the graduation. The structure of the text reproduces the lecture presented by the author at the “Jornada 90 anos da formação em Museologia no Brasil: desafios e perspectivas” (Journey for the 90 years of Museology graduation in Brazil: challenges and perspectives), in march 7 of 2022.

Key-words: Museums Course – NHM. Museology Course. Museology Graduation. Museology Education.

* Graduação em Museologia pela Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; graduação em Pintura pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; mestrado em História da Arte e doutorado em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ. Professor Associado 4 do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS. Diretor da Escola de Museologia (Gestão 2021-2025). ivansamus@gmail.com

Introdução

A Escola de Museologia integra o Centro de Ciências Humanas e Sociais-CCHS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO. Além da Escola de Museologia, o CCHS possui as Escolas de Arquivologia, Biblioteconomia, História, Educação, Serviço Social e Turismo, bem como as Faculdades de Ciências Sociais e de Filosofia. A Escola de Museologia foi institucionalizada na estrutura administrativa da UNIRIO em 1989 e oferece dois cursos de Museologia, no turno integral (manhã e tarde) e no turno da noite, ambos com mesma matriz curricular, perfazendo um total de 2.940 horas. O Curso de Museologia-Integral é estruturado em 8 períodos e sua integralização admite o máximo de 14 períodos letivos. No Curso de Museologia-Noturno a estrutura é de 10 períodos, no seu prazo mínimo, e o máximo de 16 períodos para integralização.

Por se tratar de uma trajetória de nove décadas recorreremos, na narrativa deste artigo, a uma estrutura em três momentos históricos visando uma organização mais didática e compreensível do processo de implantação da formação em Museologia, e seus desdobramentos. Assim, dividiremos a narrativa em: 1º) Curso de Museus-MHN; 2º) Transição para a Universidade; e 3º) Curso de Museologia - UNIRIO.

A rigor poderíamos celebrar em 2022 não somente os 90 anos da formação em Museologia, mas também seu centenário se considerarmos como marco o Curso Técnico previsto no Decreto nº 15.596, de 02/08/1922, que criou o MHN. Projeto frustrado por uma série de dificuldades, sobretudo administrativas, que inviabilizaram sua concretização. Em termos de uma ideia, não podemos descartar a proposta deste curso de 1922 como o despontar do entendimento sobre a importância de investir na formação de profissionais para trabalhar em museus, ainda que o país não tivesse uma tradição na área. A concepção era muito revolucionária se pensarmos, não somente o contexto brasileiro, mas também internacional na medida em que este projeto de um Curso Técnico antecedeu, em cinco anos, ao primeiro curso regular para formação sistemática em museus, o Curso de Museografia, da Escola do Louvre, implantado em 1927. Ainda que muito instigante e pouco investigado, este tema merece um estudo à parte, principalmente em fontes primárias, motivo pelo qual concentramos a narrativa deste artigo no Curso de Museus de 1932, pelo caráter decisivo e consolidador que assumiu na história da formação em Museologia no Brasil.

Como suporte teórico utilizamos fontes primárias pertencentes à Escola de Museologia e ao NUMMUS, compiladas cronologicamente em dois dossiês. O

primeiro, organizado em onze volumes, por este autor e Anna Echternacht, entre 2010-2011, “Escola de Museologia: Leis, Decretos, Pareceres, Resoluções, Portarias, Ofícios, Estatutos, Regimentos e Outros”, trata-se, basicamente, de documentos que remontam à criação do MHN e se estendem até o início dos anos 2010. O segundo, “Matrizes Curriculares do Curso de Museologia-UNIRIO”, organizado em treze volumes, também por este autor com a colaboração de Gustavo Tostes e Luana da Conceição Martins, refere-se a um levantamento minucioso de dezessete matrizes curriculares¹ constando fluxogramas, programas de disciplinas e manuais de alunos, dentre outros documentos. Além desta documentação utilizaremos estudos anteriores que elaboramos sobre a história e a memória do Curso de Museus-MHN/Curso de Museologia-FEFIERJ/UNIRIO, fundamentados igualmente em fontes documentais.

1. O Curso de Museus-MHN

Neste primeiro momento abordaremos as primeiras três décadas do Curso de Museus-MHN, abrangendo mais exatamente 34 anos de sua existência, isto é, desde sua criação, em 1932, até a Reforma de 1966 que produziu a Matriz Curricular de 1967, vigente até 1969.

Implantado dez anos após a criação do MHN, pelo Decreto nº 21.129, de 07/03/1932, o Curso de Museus materializou, enfim, o projeto do Curso Técnico de 1922 num momento politicamente mais promissor se considerarmos as propostas ‘revolucionárias’ da chamada Revolução de 1930 e do governo ‘provisório’ de Getúlio Vargas com forte ideário nacionalista calcado num discurso saudosista de valorização das tradições históricas, sobretudo militares. A combinação dos sentimentos de heroísmo-patriotismo convergia para o entendimento da importância de valorizar o patrimônio nacional por meio da criação de museus que contribuíssem para a divulgação de um ideário ufanista e de uma história oficial. Neste ponto, podemos identificar o vínculo do nacionalismo com a ideia de um curso de formação de profissionais de museus, os então chamados “conservadores de museus”, uma categoria profissional consolidada pelos museus do século XIX e cujas origens remontavam aos Gabinetes de Curiosidades e Câmaras de Arte do século XVI.

¹Inclusive a Matriz Curricular do Curso Técnico de 1922, não concretizado.

Ainda considerando o contexto pós-revolução de 30, cabe registrar que o Curso de Museus² pode ser entendido como uma primeira iniciativa de valorização do patrimônio, antecedendo à criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN (1937). Ao implantar estudos acadêmicos com disciplinas voltadas para a valorização do patrimônio, a formação em Museologia-Museografia³ inaugurou políticas e práticas preservacionistas, sobretudo com a disciplina "Técnica de Museus" fundamentada na identificação, classificação, documentação, conservação e exposição de acervos.

Apesar da implantação do curso estar vinculada a uma intenção de capacitar funcionários do MHN para as "técnicas de museus", percebe-se, no texto do decreto que o criou, uma primeira preocupação em ampliar sua oferta e estender a formação a funcionários de museus de todos os estados: "Será facultada matrícula [...] a funcionários dos museus localizados nos Estados da União que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento" (BRASIL, 1932). Esta disposição será acentuada na Reforma de 1944 com a criação das bolsas estaduais.

Na criação e efetiva implantação do Curso de Museus do MHN podemos encontrar o marco não somente da formação em Museologia, mas igualmente da sistematização do estudo da Museologia-Museografia como uma disciplina acadêmica instituída com a criação da disciplina "Técnica de Museus", implantada por Gustavo Barroso a partir de 1933. Esta disciplina consistia numa síntese de conhecimentos teóricos e aplicações práticas das funções básicas dos museus, ou seja, gestão de coleções, documentação, conservação, exposição e educação, conforme o espectro de ação destas funções e o entendimento, nos anos 1930, do alcance do 'fenômeno' do museu. Não podemos deixar de destacar o caráter inusitado deste projeto de um curso de formação em museus, não apenas no contexto brasileiro, diante da limitação de instituições museológicas, mas mesmo no cenário internacional, uma vez que o primeiro curso de formação nesta área, o citado Curso de Museografia do Louvre, surgira cinco anos antes. O fato é que o Curso de Museus insere o Brasil no protagonismo internacional da formação em Museologia-Museografia e também de profissionalização dos "conservadores de museus", os museólogos, como serão

²Ver: HERNANDES, Flora Pinheiro. *Protagonismo e Repercussões do Curso de Museus na consolidação da Preservação no Brasil*. Orientação: Ivan C. de Sá. 163 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2022.

³Ao nos referirmos à formação do Curso de Museus utilizaremos estes dois termos conjugados, Museologia-Museografia, por entendermos que as fronteiras entre estas áreas eram ainda muito imprecisas e pouco definidas conceitualmente.

chamados, sobretudo a partir da década de 1960, e definitivamente reconhecidos com a regulamentação da profissão em 1984.

O caráter inusitado de um curso de capacitação para profissionais de museus, no contexto brasileiro, contrasta com o próprio histórico de seus primeiros docentes, oriundos do século XIX e basicamente com formação em Direito. Isto quer dizer que os professores pioneiros do curso eram todos autodidatas em Museologia, inclusive Gustavo Barroso que inaugurou a formação específica na disciplina “Técnica de Museus”. Por serem todos “conservadores” do MHN haviam aprendido as técnicas da profissão, empiricamente, isto é, no desempenho de suas funções práticas. Naturalmente, esta prática teve como base uma bibliografia especializada, que aproximou o curso do cenário internacional. As publicações do *Office International des Musées-OIM*⁴, base bibliográfica principal da disciplina “Técnica de Museus” coloca o Curso de Museus na vanguarda da época, uma vez que as publicações do OIM, sobretudo a revista *Mouseion*, lançada a partir de 1927, divulgavam o que havia de mais recente no nascente ‘campo’ da Museografia, uma ‘nova ciência’ que se anunciava como era o entendimento da década de 1930.

Não obstante, o Curso de Museus não foi inovador somente ao implantar a formação em Museologia-Museografia, mas também ao abrir o caminho, no âmbito das iniciativas de preservação de patrimônio, para outras áreas de conhecimento e disciplinas, na medida em que inaugurou a sistematização acadêmica do estudo de Cultura Material. Isso se evidencia nas disciplinas “História da Arte no Brasil” (1932), depois transformada em “História da Arte Brasileira” (1934 e 1944) que iniciou o estudo acadêmico em arte brasileira, ponderando que, na Escola Nacional de Belas Artes-ENBA⁵, o estudo da História da Arte concentrava-se na História da Arte clássica, europeia. O sentimento nacionalista que inspirara a criação do curso, influenciou neste estudo voltado para a arte brasileira, com ênfase na arte colonial e nos chamados artistas mestiços que haviam produzido uma arte entendida como “nacional”. Esta arte “nacional” estava na ordem do dia das questões levantadas pelo movimento Neocolonial e pelos modernistas dos anos 20, 30 e 40. Então, mais que um ‘arcaísmo’ saudosista, esta disposição do Curso de Museus em valorizar a Arte Colonial revela sintonia com a intelectualidade da época e coerência com as tendências de seu tempo. Não por simples coincidência, a Aula Inaugural do curso, proferida por Pedro

⁴No Brasil, é traduzido como Escritório Internacional de Museus.

⁵Atual Escola de Belas Artes-EBA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

Calmon, em 04/05/1932, tinha como tema: "Arte Tradicional Brasileira: o Barroco em sua adaptação a nosso país" (SÁ, 2007, p.15).

O mesmo 'ardor' nacionalista propiciou o oferecimento, pela primeira vez, de uma disciplina específica de Arqueologia, "Arqueologia Aplicada ao Brasil" (1939), depois transformada, por reformas curriculares, em "Arqueologia Brasileira" (1934 e 1944). Estas disciplinas, ministradas por João Anygone Costa até 1944, gerou os primeiros livros específicos sobre o campo a partir da compilação dos conteúdos das aulas, publicados pelo próprio Anygone Costa: Introdução à Arqueologia Brasileira (1934)⁶ e Arqueologia Geral (1936).

Etnografia, Arte Indígena e Arte Popular são outras importantes áreas de conhecimento que foram sistematizadas numa disciplina, pioneira no sentido de trabalhar cultura indígena, afro-brasileira e arte popular num estudo acadêmico, ainda que sobrepondo seus conteúdos com os de Arqueologia. Cabe acrescentar que, no Curso de Museus, o estudo da chamada Arte Popular, visando sua musealização, antecedeu à criação do primeiro Museu de Folclore e a todo um movimento de valorização dos saberes populares tradicionais acionado pela Comissão Nacional do Folclore (1947) e pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958).

Os estudos destas áreas da Etnografia e das Artes não "clássicas", ou seja, Indígena, Afro-Brasileira e Popular, mesmo concentrando-se no tratamento técnico das coleções, fatalmente convergiram para o entendimento destas artes e saberes como representações materiais do patrimônio imaterial, conceito consolidado na década de 1990.

Outro aspecto do pioneirismo no estudo da Cultura Material pode ser percebido na sistematização das disciplinas que se relacionavam às próprias coleções do MHN: Numismática, Sigilografia, Armaria, Condecorações, Bandeiras, Mobiliário, Indumentária, Prataria, Cerâmica, além de Fragmentos de Arquitetura e Meios de Transporte, dentre outros. Uma verdadeira 'viagem' pela Cultura Material com ênfase nos processos históricos e nas transformações do homem e das sociedades, cujos estudos, não raro, varavam os primórdios da humanidade e atingiam a Pré-História e a Antiguidade. Os estudos sobre Cultura Material, desde o século XIX muito valorizados pela Etnologia/Etnografia, têm sido muito retomados, sob novas perspectivas, pela Sociologia, pela Antropologia e pela História, trazendo renovadas discussões e retroalimentando a Museologia com diferentes olhares sobre as relações

⁶Reeditado em 1939, 1958 e 1980.

psicossociais, políticas, econômicas e culturais dos objetos/coleções musealizadas. No entanto, cabe registrar a importância que o curso teve ao iniciar estes estudos e de contextualizá-los em termos históricos e sociais.

Outro papel 'desbravador' do Curso de Museus consistiu na abertura que significou, para o público feminino, ao descortinar uma importante opção de trabalho às mulheres nas décadas de 30 e 40, ou seja, no período imediatamente após sua fundação. O surgimento do curso ocorreu exatamente num momento em que emergia o movimento de emancipação feminina e a possibilidade de trabalhar em museus convergiu para as expectativas das jovens que aspiravam se desvencilhar das amarras paternas e obter sua independência econômica. Assim, não podemos ignorar a convergência do Curso de Museus às questões de sua época e de registrar sua significativa contribuição ao processo de afirmação feminina pelo trabalho⁷.

As jovens da década de 30, ou seja, as primeiras conservadoras formadas pelo Curso, sinalizam um processo de mudanças de costumes e de emancipação que vinha se desenvolvendo, no Brasil, desde a década de 20. Exatamente por fugirem ao padrão brasileiro da época, podem ser consideradas à frente de seu tempo. Nas décadas de 30 e 40, mesmo na capital federal, não era comum às mulheres a preocupação em frequentar aulas que não fossem do Curso Normal e trabalhar numa profissão que não fosse a de professora primária. Nos anos 40, as turmas cresceram consideravelmente, aumentando, inclusive, o número de mulheres. Isto aponta a crescente busca da independência feminina através do trabalho, que aumenta durante a Segunda Guerra e acelera na segunda metade da década. Neste momento em que a mulher procura uma formação não voltada especificamente para o magistério, o Curso de Museus pode ser compreendido como uma das poucas opções para o público feminino, sendo considerado como uma formação 'elegante' e perfeitamente afeita às moças, sobretudo porque oferecia uma sólida base cultural. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 21).

1.1 - Reforma curricular de 1944

Neste quadro de avanços do Curso de Museus não podemos ignorar a primeira reforma curricular⁸ mais significativa, realizada em 1944. A proposta se preocupou em consolidar a formação ampliando e aprofundando seus conteúdos, além de atribuir-lhe

⁷Ver: SEOANE, Raquel Villagrán de Mello. *Reverberando as Musas: Perspectivas sobre representatividade feminina nos Museus, na Museologia e no Patrimônio a partir das atuações das egressas do Curso de Museus das décadas de 1930, 1940 e 1950*. Orientação: Ivan C. de Sá. 322 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2022.

⁸ Desde o projeto do Curso Técnico previsto na criação do MHN até a atualidade foram dezessete matrizes curriculares: 1922, 1932, 1935, 1945, 1967, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978, 1986, 1996, 2008 e 2010.

uma estrutura administrativa própria ao instituir uma coordenação para gerir especificamente as questões acadêmicas e didáticas, pois o curso era ligado diretamente à direção do MHN. Um primeiro movimento no sentido de consolidar e dar autonomia ao curso. Esta Reforma de 1944⁹ estabeleceu as habilitações em Museus Históricos e Museus Artísticos, e dilatou a duração do curso de dois para três anos, medida que repercutiu na ampliação do quadro de disciplinas da Matriz Curricular de 1945, com ênfase no estudo da Arte Brasileira e da Arqueologia, como já citado anteriormente. O aumento das disciplinas de arte sinalizou que o público do curso não é direcionado somente ao MHN e aos museus históricos, mas também aos museus artísticos e “instituições análogas”, numa evidente intenção de ampliar a formação. Foi institucionalizado também a figura do “aluno ouvinte”, existente, na prática, desde 1932, num formato que chamamos hoje de ‘disciplina isolada’: “Além das matrículas comuns [...] poderão ser concedidas matrículas em uma ou mais **disciplinas avulsas**, podendo também ser feita inscrição de **alunos ouvintes**.” (BRASIL, 1944, grifo nosso).

As disciplinas passaram a ser ministradas majoritariamente por ex-alunos, ou seja, a **primeira geração de professores já formada pelo curso**, em contraste com a Matriz Curricular de 32 constituída por professores oriundos de outras áreas e autodidatas em termos de Museologia-Museografia, como já observamos. Este dado é importante na medida em que esta matriz **inaugura a docência de profissionais já com formação em Museologia-Museografia**, ou seja, os próprios “conservadores de museus” ministrando a disciplina “Técnica de Museus”. Esta prerrogativa será tratada na regulamentação da profissão do Museólogo¹⁰, sendo destacada como a primeira de suas atribuições como consta no artigo 3º: “I- ensinar a matéria Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis...” (BRASIL, 1984). Antecipando-se à Lei em 32 anos, Otavia Correa dos Santos Oliveira, graduada em 1938, foi a primeira egressa a ministrar “Técnica de Museus” tendo sucedido a seu professor, Gustavo Barroso, no ano letivo de 1952.¹¹

⁹Ver: SEONE, Raquel Villagrán de Melo. *A Reforma de 1944 do Curso de Museus - MHN e o perfil do conservador de museus na Era Vargas*. Orientação: Ivan C. de Sá. 160 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁰Lei nº 7287, de 18/12/1984.

¹¹Em 1972-73, Octávia Oliveira foi sucedida na docência na “Técnica de Museus” pela recém-formada Tereza Moletta (Scheiner).

1.2 - As bolsas estaduais e as excursões

A oficialização das Bolsas Estaduais e das Excursões é outro ponto positivo da Reforma de 1944. A primeira experiência com bolsistas estaduais datava de 1942 quando a professora Lilah Pinho Saback, do estado da Bahia, funcionária pública, recebera uma bolsa e frequentou regularmente o Curso, graduando-se em 1943. Com a reforma, a figura do bolsista passou a ser corrente, sendo contemplados funcionários públicos, federais, estaduais e municipais lotados nos estados da federação, exceto na cidade do Rio de Janeiro.

Algumas turmas destacam-se pelo considerável número de bolsas oferecidas como a de 1946, com 8 bolsistas, todas mulheres, três das quais com importante atuação na Museologia: Herundina Baptista (BA), Maria Afonsina Furtado Rodrigues (CE) e Maria Barreto (SP). Vários outros tiveram relevante papel na carreira como: F. dos Santos Trigueiros (BA), Fernanda de Camargo Almeida Moro (SP), Lucia Bittencourt Marques (BA), Maria Mercedes de Oliveira Rosa (BA) e Ana Lúcia Soares Uchôa (BA), dentre vários outros. No que se refere aos números, de um universo de 64 bolsas distribuídas durante 25 anos, de 1942 até 1967, quando foram extintas, o estado da Bahia preponderou com 15 bolsistas, seguido pelo Ceará com 8; Rio Grande do Sul, 7; São Paulo, Minas Gerais e Maranhão com 6; Paraná com 3; Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com 2; e enfim, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Sergipe com apenas uma. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 21).

Com o Golpe de 64 as bolsas foram descontinuadas, apesar de terem sido reiteradas no Regimento de 1966, reproduzindo, literalmente, o texto do Decreto de 1944:

Poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudo para o Curso de Museus, destinadas a candidatas residentes fora do Estado da Guanabara e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos, de preferência, entre servidores estaduais, ou municipais, com exercício em museus, ou em instituições análogas. (BRASIL, 1966).

As excursões, institucionalizadas com o objetivo de proporcionar aos graduandos o contato com as "preciosidades históricas e artísticas do país", foram previstas nos mecanismos de avaliação e recursos didáticos, conforme o Capítulo II, Da Elaboração e Execução do Programa, do Decreto de 44 que aprovou o Regulamento do Curso:

Na execução dos programas, conforme ao assunto, serão adotados como meios de ensino: - preleções, arguições, exercícios de aplicação, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, projeções luminosas sobre coleções de museus ou particulares, **excursões a pontos do país, onde haja preciosidades históricas e artísticas**, visitas a museus, ou quaisquer outros meios próprios para ensino das respectivas disciplinas. (BRASIL, 1944, grifo nosso)

A primeira excursão foi organizada logo no ano seguinte à reforma, 1945, sendo escolhida, simbólica e sugestivamente, a cidade de Ouro Preto, 'fetiche' dos neocoloniais e dos modernistas. Nos anos seguintes, até 1969, quando houve a última excursão, a Salvador, várias cidades brasileiras foram visitadas e os graduandos tiveram acesso não somente às "preciosidades artísticas" das chamadas cidades históricas, mas também a sítios naturais, arqueológicos e manifestações culturais, como a Gruta de Maquiné, em Belo Horizonte; as pinturas rupestres, grutas e cachoeiras de São Tomé das Letras, em Minas Gerais; as ruínas dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul; as praias agrestes do Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; os sambaquis e comunidades rendeiras de Santa Catarina; além de terreiros de Candomblé, em Salvador, e grupos folclóricos do Coco de Zambê, em Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte, para citar apenas alguns focos de interesse destas excursões. São escolhas que sinalizam o despontar de uma visão ampliada de patrimônio e também a tentativa de possibilitar aos graduandos o contato com a diversidade cultural, além dos limites do estado e da cidade do Rio de Janeiro, capital federal até 1960.

Esta visão ampliada do conceito de patrimônio sinaliza também o despontar da ideia de Turismo Cultural, ainda que muito incipiente na década de 40, mas já presente no Curso de Museus. Por outro lado, as visitas a Brasília e à 9ª Bienal de São Paulo, em 1967, indicam o despertar do reconhecimento da arte contemporânea. (SÁ; PITAGUARY; 2006, p. 19)

1.3 - A Reforma de 1966

Não podemos deixar de sinalizar a Reforma de 1966. Apesar de manter, praticamente na íntegra, a estrutura curricular de 1944, revelando resistência em alterar as tradições barroseanas, em termos conceituais apareceu, pela primeira vez no Regimento do curso, o termo museólogo, como dispõe o Artigo 3º, das finalidades: "Os alunos que concluírem o Curso de Museus receberão diploma de museólogos." (BRASIL, 1966). Em termos administrativos houve também uma significativa mudança com a primeira ideia de departamentalização por meio de um Conselho Departamental e de departamentos, conforme os artigos 68 e 69 do Decreto:

Art. 68. O Conselho Departamental do Curso de Museus é o órgão consultivo da coordenação, para estudo e solução de todas as questões administrativas e financeiras da vida do estabelecimento, colaborando com a mesma autorizada de forma que for estabelecida no respectivo regimento. Art. 69. São os seguintes os Departamentos

do Curso de Museus: a) **Departamento de Técnicas de Museus**; b) Departamento de História do Brasil; c) Departamento de História da Arte; d) Departamento de Antropologia. (BRASIL, 1966, grifo nosso).

Mesmo incipiente, esta ideia de criar **departamentos** como suporte do Curso, há 56 anos, revela uma primeira compreensão da necessidade de organizar e alocar as disciplinas em suas áreas de conhecimento, mas também o entendimento da importância de organizar uma estrutura como base multidisciplinar à formação em Museologia. Estes departamentos de 1966 persistiram com as mesmas denominações até 1975, quando o Departamento de Técnica de Museus passou a ser Departamento de Museologia. Já no contexto da UNIRIO, o Departamento de Museologia foi transformado, em 1986, em Departamento de Estudos e Processos Museológicos-DEPM¹², quando houve um novo processo de departamentalização, desta vez no âmbito do então Centro de Ciências Humanas.

Como dito anteriormente, em termos curriculares não houve mudanças substanciais na Reforma de 1966. Entretanto, cabe registrar a inclusão de uma nova disciplina, **Metodologia das Pesquisas Museológicas**, alocada no Departamento de História do Brasil, que significou um marco importante no contexto da pesquisa ao revelar preocupação com uma metodologia não mais concentrada exclusivamente na identificação e classificação de coleções. Outra novidade refere-se ao estágio, opcional, previsto após a conclusão do curso, a exemplo de uma residência médica. Conforme o Regimento, os formandos poderiam estagiar no MHN por um ano e, ao final, para obter o certificado, teriam que fazer uma prova para demonstração dos conhecimentos de classificação:

Art. 11. Os portadores de diploma de museólogo poderão fazer estágios de 1 ano, nas diversas Divisões do M.H.N. [...] Concluído o estágio será conferido um certificado de aproveitamento ao candidato habilitado em prova de classificação de 5 objetos das coleções do M.H.N., selecionadas pelo Coordenador de Curso e chefes das respectivas Divisões. (BRASIL, 1966).

Por fim, outro importante avanço definido na Reforma de 1966 foi a institucionalização do **Diretório Acadêmico-DA** do curso, a rigor já existente desde 1959, mas que passou a constar oficialmente no Regimento: “Art. 52 O Diretório Acadêmico do Curso de Museus é constituído por representantes do corpo discente do Curso, num total de 5 membros, eleitos por seus colegas, e reconhecido pela Direção do Curso de Museus como órgão representativo da classe.” (BRASIL, 1966). As

¹² Esta denominação persiste na atualidade.

finalidades do DA, estabelecidas neste mesmo Regimento, reproduzem, na íntegra, as mesmas da Lei que regulamentara as representações estudantis, oito meses após o Golpe de 64. Vale a pena revermos estas finalidades, pois são bastante 'progressistas' para o contexto da ditadura recém estabelecida, mas que iriam ser seriamente infringidas com o recrudescimento da repressão:

a) defender os interesses dos estudantes; b) promover a aproximação e a solidariedade entre o corpo discente, docente e administrativo do estabelecimento; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material da instituição e a harmonia entre os organismos de sua estrutura; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaborar com entidades congêneres; e g) **lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.** (BRASIL, 1966, grifo nosso).

Não obstante, "o aprimoramento das instituições democráticas" se desvanecia totalmente no Artigo 60 do mesmo Regimento: "É vedada aos membros do Diretório Acadêmico **qualquer ação, manifestação, ou propaganda de caráter político-partidário**, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares." (BRASIL, 1966, grifo nosso). Este dispositivo será utilizado contra os discentes dois anos depois, quando ocorrerá a primeira greve do curso, como veremos adiante.

2. Transição para a universidade

O final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 corresponde ao momento que consideramos mais expressivo na conjuntura das transformações do Curso de Museus. Na verdade, a nosso ver, o ponto alto destas transformações tem relação direta com o contexto brasileiro e os reflexos do cenário internacional marcado por mudanças profundas.

Primeiramente, não podemos perder de vista a implementação de políticas públicas de Cultura, elaboradas nos anos 70 como parte do projeto desenvolvimentista dos governos militares vislumbrando um 'neonacionalismo' que, em parte, repercutiu no âmbito do patrimônio e, conseqüentemente, na área dos museus. A euforia 'neonacionalista' atingiu seu ápice com as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 1972, vide a Exposição Memória da Independência, no Museu Nacional de Belas Artes-MNBA, ponto alto dessa movimentação que atingiu

diretamente os museus e seus profissionais. No entanto, desde o início da década, a então DPHAN¹³, logo transformada em IPHAN¹⁴, promoveu mudanças importantes, sobretudo na gestão do arquiteto Renato Soeiro. Em parceria com o Ministério da Educação e Cultura-MEC, Soeiro criou o Programa das Cidades Históricas e promoveu os Encontros de Governadores para a Preservação do Patrimônio, em Brasília e Salvador, respectivamente em 1970 e em 1971. Estes encontros resultaram importantes reflexões sobre a valorização e a preservação dos bens culturais, inclusive com recomendações para a criação de cursos de formação em Museologia.

Não obstante, esta política restringiu-se ao campo das ideias. O Curso de Museus-MHN e, atrevemos a afirmar, também o Curso de Museologia, da Universidade Federal da Bahia-UFBA (criado nesta época), certamente não foram contemplados com injeções de recursos que pudessem resolver suas dificuldades, como carência de docentes, de espaços, equipamentos, laboratórios etc. Exatamente na primeira metade dos anos 70, o Curso de Museus passou por uma séria crise decorrente de várias aposentadorias docentes e da falta de recursos para contratar novos professores. Como tentativa para suprir a premente necessidade de docentes tornou-se muito frequente recorrer à figura do chamado "professor conferencista", previsto no Regimento de 1966¹⁵, na verdade um eufemismo para contornar a situação e pagar, com baixos salários, docentes *freelancer*, diante da impossibilidade de abrir vagas para servidores efetivos.

Esta dificuldade de recursos ocorreu num momento em que o curso mais precisava ampliar seu quadro docente diante dos debates e sucessivas reformas que antecederam à transferência para a Universidade. A crise, material, mas também conceitual, marcou a primeira metade dos anos 70 do Curso de Museus, momento de grande ebulição política e social. Contrastando com a fase inicial da Ditadura Militar no Brasil, o mundo experimentava um momento de intensas rupturas pela ação de movimentos que contestavam o *status quo* da secular ordem política, econômica e social. Esta 'ordem' chocava-se com os questionamentos da Contracultura que clamavam pela igualdade dos direitos civis e denunciavam as injustiças sociais. Neste contexto podemos destacar o impacto do movimento *Hippie* defendendo o pacifismo, as questões ambientais e a liberação sexual, ao mesmo tempo que protestava contra o Capitalismo, a massificação, o militarismo e todas as formas de preconceitos, questionando os valores vigentes, tudo isso sintetizado no lema "Paz e Amor".

¹³Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁵Cap. XV - Do Corpo Docente.

A década de 1970 foi decisiva para o Curso de Museus e ficou caracterizada por uma série de mudanças que visavam à atualização e assimilação de novos modelos conceituais. Inicialmente, podemos constatar que essas mudanças foram favorecidas pelo próprio contexto do final dos anos 1960 e do início dos anos 1970, tanto internacionalmente quanto no Brasil, marcado pelos movimentos libertários, liderados pelos jovens que se insurgiam contra as instituições estabelecidas e o sistema como um todo, clamando pela democracia e pelos direitos civis, pela liberação feminina, pela liberdade sexual, pela aceitação e pelo respeito às diferenças raciais e religiosas. No Brasil, as manifestações estudantis se transformaram em importantes agentes de mobilização política e social ao canalizar as insatisfações dos jovens e denunciar as arbitrariedades da repressão. A Passeata dos 100 mil, organizada pelo movimento estudantil em 1968, mobilizou milhares de pessoas, sobretudo líderes de estudantes, professores, políticos, artistas, músicos e intelectuais em protesto contra o Regime Militar. (SÁ, 2014, p. 228).

O movimento estudantil ganhou força no Brasil diante da repressão da Ditadura Militar. A reação atingiu, inclusive, os cursos considerados redutos tradicionais como o Curso de Museus que, entre setembro e outubro de 1968, passou por um movimento dos estudantes, até então inédito, que provocou a primeira greve de sua história de quase quatro décadas.

No final dos anos 60, houve um aumento significativo do número de jovens dentre os ingressantes do Curso de Museus e a liderança do Diretório Acadêmico Gustavo Barroso, criado em 1959, foi assumida por estudantes que representavam claramente o clima de contestação da época. Dentre estes, destacaram-se duas mulheres militantes politicamente, Sonia Rosadas Thème e Janete Chermont Guimarães. Entrementes, em 1967, Leo Fonseca e Silva assumiram a direção do MHN. Capitão da Marinha, mas também museólogo formado pelo Curso de Museus em 1962, Silva representava bem o espírito de mudanças na medida que alavancou uma série de transformações no Museu e no Curso. Uma das marcas mais características de sua gestão refere-se ao apoio que deu aos jovens, tanto estudantes quanto recém-formados, promovendo uma reformulação do circuito expositivo do museu, criando a primeira associação de amigos, apoiando o debate sobre a regulamentação da profissão de museólogo e inaugurando as primeiras iniciativas de conferir ao curso um *status* universitário. Por outro lado, contraditoriamente, Silva protagonizou ações autoritárias ao se chocar com a politização que se insinuava com força dentre os estudantes.

Em 24 de setembro de 1968 [...] Sonia Thème foi surpreendida pelo diretor Leo Fonseca e Silva colando cartazes sobre atividades e manifestos do DA nos corredores adjacentes às instalações do Curso de Museus. Um destes cartazes criticava a VIII Conferência de

Exércitos Americanos (CEA) que havia iniciado na véspera, na Escola de Comando do Exército, na Praia Vermelha, e iria se estender por uma semana, até o dia 30 de setembro. Nesta conferência, participaram militares representantes de 17 países americanos, inclusive 3 delegados dos Estados Unidos, com o objetivo de investir na “eficiência militar dos Exércitos Americanos, principalmente contra a Guerra Revolucionária”, ou seja, um intercâmbio visando informações para o combate à chamada subversão na América Latina. Ao final da conferência, ficou evidente o apoio dos Estados Unidos na repressão aos “movimentos guerrilheiros e **focos de subversão**” (Correio da Manhã, 1968: I). (SÁ, 2019, p. 243, grifo nosso).

Fundamentado na Lei nº 4.464, que coibia as manifestações políticas dos DAs, Silva suspendeu Sonia Thème e com isso deflagrou a reação dos discentes que, em assembleia geral, decidiram entrar em greve. Janete Chermont saiu corajosamente em defesa da colega e também foi suspensa, acusada pelo diretor de insuflar os alunos. O movimento ficou marcado por várias atitudes agressivas e até mesmo violentas contra os estudantes, bastante divulgadas pelos principais jornais da época como O Globo, Última Hora, Jornal dos Esportes e Jornal do Brasil. Os embates estenderam-se por algumas semanas e culminaram com a expulsão de Sonia e Janete por "**subversão e incitamento**" (Grifo nosso), conforme parecer do Inquérito Escolar instituído em 22/01/1969. O fato é que, menos de dois meses depois, as manifestações dos estudantes perderam fôlego e foram silenciadas por imposição do Ato Institucional nº 5, o mais truculento e vergonhoso da Ditadura Militar. Foram suspensas todas as garantias constitucionais oficializando o arbítrio que instituiu a censura e promoveu perseguições, prisões, cassações, assassinatos e torturas.

Consideramos este episódio da **primeira greve estudantil do Curso de Museus** como um avanço pelo saldo positivo que significou ao provocar a capacidade de organização dos discentes enquanto movimento, bem como por despertar a articulação política e o posicionamento crítico e contestador. Não por acaso que este embate aconteceu em **1968**, segundo Zuenir Ventura, “o ano que não terminou”! Foi esta 'Geração 68 do Curso de Museus' que estabeleceu o germe da crítica e abriu caminho para as discussões relativas ao currículo, aos conteúdos das disciplinas e às metodologias dos professores, estendendo-as à própria concepção de Museologia e dos Museus e de sua relação com o público.

2.1 - As reformas curriculares

O clima de contestação que marcou a greve e a expulsão das duas alunas é um termômetro bastante revelador do posicionamento mais incisivo do corpo discente do Curso de Museus no final dos anos 60. Não por coincidência, discentes desta geração assumiram liderança no processo de reformulação curricular e reivindicaram mudanças, alguns assumindo a docência e futuros cargos de gestão, como Tereza Moletta, (depois Tereza Scheiner), Celma Franco e Maria de Lourdes Naylor Rocha.

Dentre estas reivindicações destaca-se a habilitação em Museus Científicos, defendida sobretudo pela então acadêmica Tereza Moletta, e que convergiram para as propostas de Leo Fonseca e Silva. O projeto, bastante avançado em termos de formação em Museologia, acabou não tendo continuidade diante da resistência tradicionalista que prevaleceu e definiu uma formação em museus históricos e artísticos. A ala conservadora que se opunha à formação em Museus de Ciências teve, a seu favor, um forte argumento: as dificuldades em manter um corpo docente muito específico em Ciências que o quadro técnico do MHN não possuía.

Independentemente deste embate e da não continuidade da formação em Museus de Ciências, a reformulação do curso convencional, focado nas habilitações em Museus Históricos e Artísticos, como estabelecido desde a Reforma de 1944, avançou e assumiu um caráter irreversível. Os efeitos da disposição em mudar se tornaram realidade em uma série de reformas experimentais cujas discussões foram acionadas no final da década de 60 e que se intensificaram na primeira metade dos anos 70: 1970, 1971, 1973 e 1974. A cada reforma surgiam tímidos, mas gradativos avanços conceituais e uma nova concepção de Museologia¹⁶. As mudanças podem ser percebidas na simples denominação das disciplinas: Museologia Teórica, Comunicação Museológica, Museologia e Museografia. Estas denominações anunciam uma tendência menos técnica e mais conceitual do entendimento das disciplinas. Assim, a denominação “Técnica de Museus” desapareceu ao longo destas sucessivas reformas.

Elaboradas, quase que anualmente, e logo suplantadas por outras, as reformas denunciaram a intensidade das discussões, bem como as contradições e ansiedades que marcaram o embate entre as novas lideranças que surgiam e clamavam por

¹⁶Ver: TOSTES, Gustavo de Oliveira. *Transformações Conceituais do Curso de Museus-MHN e do Curso de Museologia-FEFIERJ/UNIRIO: um novo olhar sobre a formação em Museologia na década de 1970*. Orientação: Ivan C. de Sá. 132 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2022.

mudanças e a resistência dos antigos professores alinhados à Museologia barroense que se estenderá até o limiar dos anos 70. Estes cinco anos de enfrentamentos constituíram um momento decisivo de reflexão do Curso de Museus, verdadeira 'tomada de decisão' rumo a uma Museologia que surgia e ganhava força, gradativamente, sobretudo a partir da Mesa Redonda de Santiago, de 1972, apesar de seus reflexos, no início vagarosos, mas gradativamente mais evidentes, sobretudo nos anos 80.

A reforma mais decisiva que consolidou as propostas experimentais ocorreu em 1974-75, sendo oficializada no novo Regimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação-CFE, em dezembro de 1974. Este novo Regimento revela um comprometimento não mais direcionado simplesmente ao museu, mas ao "campo da Museologia", bem como uma preocupação com a responsabilidade social e o "desenvolvimento do país", tudo isso associado a uma compreensão mais ampliada da Museologia e de suas conexões, como pode ser depreendido nos objetivos:

a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver, e incentivar a pesquisa no **campo da Museologia**; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais [...] (CFE/MEC, 1974, grifo nosso).

Apesar da tergiversação e das argumentações pró e contra uma Museologia tradicional e uma Museologia que se vislumbrava, o debate foi importante não somente para a atualização conceitual do que seria a Museologia enquanto campo de conhecimento, mas também para preparar o Curso para sua saída do MHN e transferência para o contexto universitário. Isso se tornou realidade com a Matriz Curricular de 1975 que, finalmente, apresentou um consenso e fechou, 'com chave de ouro', este ciclo de reformas da primeira metade da década de 70 ao convergir a atualização das questões conceituais às novas exigências do MEC para os cursos de graduação. Em síntese, a Matriz Curricular de 75 consolidou as transformações conceituais, sintonizou o Curso às normativas do MEC, possibilitando sua vinculação à Universidade, e estruturou o currículo de maneira mais flexível propiciando futuras adaptações e reformulações. As habilitações em Museus Históricos e Artísticos foram suprimidas definitivamente, ou seja, a formação passou a ter uma perspectiva geral em termos de Museologia. A duração do curso, desde 1944 ampliada em três anos,

passou a ser em quatro anos, espaço de tempo comumente mais aceito para os cursos de graduação. Foram mantidos o sistema de créditos e a estrutura em períodos, já estabelecidos desde a Reforma Experimental de 1973.

O Estágio Curricular, previsto no formato opcional desde 1966, passou a ser obrigatório e oferecido no último período. Além do Estágio Curricular, nos oito períodos que passaram a estruturar o curso, a formação específica foi distribuída em onze disciplinas: sete de Museologia e quatro de Museografia. A conquista mais importante da Matriz de 1975 consistiu na **institucionalização das Exposições Curriculares**, neste início, por meio das disciplinas Museologia VII e Museografia IV.

2.2 - As exposições curriculares

As Exposições Curriculares constituíram um capítulo à parte no contexto do processo de renovação do Curso de Museus, verdadeiro arauto das transformações na medida em que converge para uma nova concepção de Museologia e Museu, em termos de função social, comunicação, educação e diálogo com o público. O próprio modelo conceitual da disciplina expressa uma mudança de paradigma na medida em que o projeto de cada exposição curricular seria resultante de um trabalho conjunto de reflexão, crítica e discussão por parte dos estudantes. A turma discutia, escolhia o tema e elaborava o projeto dividindo as atividades em equipes. As questões suscitadas eram discutidas, não raro de maneira inflamada, mas resolvidas democraticamente sob a supervisão e orientação dos professores. Passadas quase cinco décadas, esta mesma metodologia persiste na atualidade nas disciplinas: Museologia e Comunicação III e IV e Museologia VI.

Devemos salientar que a oficialização das disciplinas de Exposição Curricular não foi feita abruptamente e passou por um processo de amadurecimento no qual foram realizados projetos pilotos, de forma experimental, mas com a participação plena dos graduandos. “Feiras Nordestinas”, de 1974, coordenada pela Prof^a Gabriella Pantigoso, é o primeiro exemplo destas exposições experimentais e reuniu estudantes voluntários de todos os períodos. Um aspecto interessante foi a produção de vídeos, realizados pelos próprios alunos, para dar voz à comunidade feirante: comerciantes, vendedores e frequentadores da Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. No ano de 1975, houve duas exposições experimentais. A primeira, “O Café no Vale do Paraíba”, coordenada pela Prof^a Solange Godoy e montada no Museu de Arte Moderna de Resende. A proposta fundamentou-se numa minuciosa pesquisa sobre as questões

políticas, econômicas e sociais que marcaram a atividade cafeeira no século XIX. A segunda, “Orixás”, novamente com a supervisão de Gabriella Pantigoso, destacou a religiosidade afro-brasileira e a forte influência do sincretismo na sociedade.

Conforme o modelo conceitual praticado nestas exposições experimentais, foram elaboradas as Exposições Curriculares a partir da Matriz de 1975. Nas primeiras exposições curriculares já sob a chancela FEFIERJ, mas com o Curso ainda nas instalações do MHN, evidenciam-se, direta ou veladamente, a intenção em refletir sobre as questões que ‘incomodavam’ a Ditadura Militar, tais como censura, pobreza, liberdade, identidade indígena, etc. Percebe-se que os temas – Arte Popular, Favela, Teatro, Comportamento, Comunidade – eram escolhidos propositalmente com o objetivo de ‘driblar’ a censura e levar o público a refletir sobre questões sérias e sensíveis – políticas, econômicas e sociais – como podemos depreender nas exposições: “Fragmentos da vida social brasileira” (1978-1); “Teatro: Cara e Coroa” (1978-2); “Rotina da Pobreza” (1979-1); “Moara” (Liberdade) (1979-2); “Cultura Popular Brasileira” (1980-1); “Era uma vez... Rahoni” (1980-2); “Mangueira” (1981-1). Estas três últimas realizadas já no âmbito do CCH/UNIRIO, isto é, a partir de 1979-2.

A acessibilidade nos Museus é outra tendência que emerge no final dos anos 70 e inícios de 80, exatamente no período de transição do curso e de seu ingresso na universidade. Esta questão teve como principal porta-voz a Prof^a Liana Rubi Teresa Castanos de Ocampo, que assumiu a docência em 1977, passando a defender arduamente a necessidade premente dos museus se conscientizarem em integrar os chamados "portadores de deficiências". Uma verdadeira 'cruzada' empreendida por Liana Ocampo que vai investir na acessibilidade e na inclusão durante toda sua carreira como museóloga e professora de Educação em Museus¹⁷. Os primeiros exemplos de suas exortações foram as Exposições Curriculares: "Cultura Popular Brasileira" (1980-1), específica para deficientes visuais, com catálogos em Braille, montada no Instituto Benjamin Constant; e "O Caminho da participação... mesmo sem uma pétala continuo sendo uma flor" (1981-2), inaugurada na Caixa Econômica Federal (centro do Rio de Janeiro), denunciando e conscientizando sobre a importância da inclusão das "pessoas deficientes", para empregarmos um termo atual.

Em resumo, estes temas das Exposições Curriculares, pioneiros de crítica e alerta, inclusive em relação à acessibilidade e inclusão, são bastante reveladores do amadurecimento dos graduandos e da compreensão da importância política e social

¹⁷Disciplinas Museologia II e Museologia VI, da Matriz Curricular de 1978.

da Museologia. Assim, politizado e impregnado de uma postura crítica, o curso vivenciou seu período de transição ao sair do MHN e ingressar na Universidade.

3. O Curso na Universidade

Após muitas negociações e discussões, pelo Decreto nº 79.723, de 24/05/1977, o então Curso de Museus foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, onde passou a integrar, com a denominação Curso de Museologia, o então Centro de Ciências Humanas-CCH¹⁸. Apesar desta mudança de denominação, a rigor, não houve alteração e a vinculação do curso à FEFIERJ foi realizada na íntegra, ou seja, foi incorporado com toda a estrutura já existente: matriz curricular, quadro docente, quadro técnico-administrativo e carga-patrimônio, inclusive documentação, biblioteca, mobiliário, equipamentos e recursos didáticos, com destaque para a coleção do Prof. Gerardo de Carvalho utilizada nas aulas de Etnografia-Antropologia, à exceção de alguns objetos que foram mantidos no MHN. Como o prédio do CCH encontrava-se em construção, o Curso ainda permaneceu no MHN por mais de dois anos e a mudança definitiva, em 1979, coincidiu com a transformação da FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - Uni-Rio¹⁹.

Em termos de currículo, já sob a chancela da FEFIERJ (mas ainda funcionando no MHN) houve apenas algumas poucas alterações à Matriz de 1975, sendo a mais importante a inclusão da então chamada Monografia, na alteração curricular de 1978, atualmente conhecida como Trabalho de Conclusão de Curso-TCC. Inicialmente, a proposta da monografia elegia, como foco de pesquisa, dois objetos do museu onde o graduando realizava seu estágio curricular. Os objetos escolhidos deveriam ser de materiais e técnicas diferentes e seu potencial de informação deveria convergir para o próprio tema da monografia. Este modelo funcionou por mais de uma década sendo, posteriormente, suplantado pela pesquisa de um tema pertinente à Museologia sem necessariamente haver vinculação aos dois objetos.

A inclusão da Monografia como componente curricular obrigatório representou um importante passo na relação Museologia e Pesquisa. No entanto, podemos identificar algumas contribuições anteriores como a implantação da disciplina Metodologias de Pesquisas Museológicas, na Reforma de 1966, já comentado

¹⁸Atual Centro de Ciências Humanas e Sociais.

¹⁹ Lei 6.655, 05/06/1979. Desde 2003, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO (Lei 10.750, de 24/10/2003).

anteriormente, e a inserção de conteúdos de pesquisa na disciplina Estágio Curricular, de 1975, que estabeleceu quatro módulos: 1- Técnicas de Registro Museológico, 2- Conservação-Restauração de Bens Culturais, 3- Administração e Dinâmica de Museus, e 4- **Pesquisa Museológica**. Cada um destes módulos com 2 créditos práticos, isto é, 60 horas, perfaziam o total de 240 horas (8 créditos práticos) da disciplina. A despeito da importância destas iniciativas previstas nestas reformas curriculares temos que admitir que a concepção de pesquisa dos anos 60, 70 e mesmo 80, ainda se inseria numa perspectiva muito voltada para o objeto. Entretanto, nas décadas seguintes a ideia de pesquisa alargou-se ao assumir uma concepção mais crítica do universo da Museologia.

A partir de 1996, os temas das monografias passaram a ser definidos no Projeto de Reforma Curricular e associados às linhas de pesquisa do DEPM. Desde meados dos anos 2000, o aumento do quadro de docentes com doutorado, neste departamento, e a consequente ampliação de discentes com bolsas de Iniciação Científica-IC, repercutiram na definição do tema/problema teórico ou teórico-prático dos Trabalhos de Conclusão de Curso-TCCs, que passaram a sintonizar-se às Linhas de Pesquisa e projetos de pesquisa dos orientadores, como foi institucionalizado nas Normas de TCC, aprovadas em 2016.

A partir dos anos 2000 nota-se uma crescente preocupação em trabalhar as questões do campo, tendência que acentua-se nos anos 2010, sobretudo quando se estabelece um diálogo da graduação com a pós-graduação. Com a criação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS (2006), vários projetos de TCC acabaram se transformando em projetos de Mestrado, alguns dos quais aprofundados no doutorado. Os temas passam a problematizar e a questionar o papel da Museologia e a função social dos museus em relação às questões contemporâneas, como diversidade, inclusão e decolonialidade.

3.1 - Os primeiros laboratórios

A estrutura universitária, apesar das inúmeras restrições, inclusive de recursos, permitiu a criação de laboratórios e núcleos, aspecto que, no MHN, esbarrava com as limitações arquitetônicas e as próprias necessidades de espaço do museu. Ao se instalar na universidade, o curso pôde investir na implantação de laboratórios para dar suporte às aulas e o primeiro deles estava ligado às Exposições Curriculares.

Desde o primeiro momento de mudança para o recém-inaugurado prédio do CCH, foi previsto um espaço para o Laboratório de Desenvolvimento de Exposições-LADEX, nome que se mantém na atualidade e cuja coordenação ficava a cargo das professoras Tereza Scheiner e Maria de Lourdes Naylor Rocha, idealizadoras do laboratório e então responsáveis pelas disciplinas que viabilizaram a exposição curricular. Nos dias atuais, o LADEX funciona de maneira precária aguardando a transferência para suas novas instalações, contíguas ao Salão de Exposições, espaços já concluídos no Prédio Anexo do CCH, mas cujo término ainda se arrasta em decorrência da falta de recursos. Independentemente destas dificuldades, os estudantes persistem com projetos bastante arrojados, tanto em termos conceituais quanto em relação aos recursos plásticos. As dificuldades são enfrentadas e contornadas com muita criatividade explorando temas contemporâneos com forte engajamento social.

Nestes quase cinquenta anos de exposições, experimentais e institucionalizadas, as questões sociais e a crítica política tem sido a tônica de todas as exposições, com ênfase no papel transformador da Museologia e na interação com o público. No período de abertura política os temas se tornaram mais incisivos: “Da Fusão às Diretas Já, na visão do cartum” (1984-1); “Anestesia dos anos 50: a Chanchada” (1985-1) e “Apesar de você... 20 anos de censura na música, 64-84” (1987-2), dentre outras com forte teor de crítica política. A partir da década de 90 e sobretudo nos anos 2000-2010, acentuam-se as questões de cidadania, ‘minorias’, inclusão e diversidade: “Yanomami” (1990-1); “O amor no tempo da AIDS” (1995-1); “300 anos de Zumbi: Memória de resistência” (1995-2); “Homossexualidade: o amor que não ousa dizer seu nome” (2006-2); “ Funk “ é som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado” (2009-1); “Liberdade de ser: diversidade de gênero e orientação sexual” (2017-2); “Soubúrbio - um jeito de ser carioca” (2018-2); “Pindorama: a natureza não está à venda” (2020-1); “Montações: a cultura *Drag* do palco para o universo” (2020-2); “Planeta Fome: olhares sobre o Brasil” (2021-2). Estas últimas, realizadas em plena Pandemia da COVID-19, exigiu muito empenho e capacidade de adaptação ao sistema remoto, tanto dos graduandos quanto dos docentes. Mas o espírito de crítica e contestação persistiu, sobretudo diante dos frequentes ataques à democracia por parte do governo federal, além das medidas contraditórias e ofensivas perpetradas contra a Ciência, o Meio Ambiente e a Cultura.

Outro laboratório que marcou a fase inicial de inserção do curso na estrutura universitária refere-se ao Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais-

NUPRECON, desde 1997 denominado NUPRECON Violeta Cheniaux em reconhecimento à sua idealizadora e primeira coordenadora. Sua criação insere-se no contexto da valorização do conceito de Conservação Preventiva²⁰ que, no Brasil, marcou a década de 1980 em termos de políticas de preservação. O NUPRECON foi o primeiro laboratório do gênero no país, ou seja, específico em Conservação Preventiva. Tinha como objetivo primordial investir em políticas e metodologias preventivas como suporte às disciplinas do eixo de Preservação, com ênfase no monitoramento ambiental e na divulgação e adestramento de equipamentos apropriados, como termohigrógrafos, psicrômetros, peagômetros e luxímetros, dentre outros. Todos estes equipamentos eram praticamente desconhecidos no âmbito das instituições museológicas da época.

A atuação do NUPRECON extrapolou o âmbito do ensino-formação no Curso de Museologia, na medida que promoveu inúmeros cursos de treinamento e capacitação técnica visando diminuir o descompasso dos museus em relação aos procedimentos preventivos de conservação. Nas atividades do NUPRECON, lideradas pela Prof^a Violeta Cheniaux, nota-se significativa contribuição às mudanças de paradigmas que já vinham crescendo nos anos 80 na área da Preservação de Patrimônio, seja diretamente, junto aos discentes, futuros profissionais, seja por meio da promoção de palestras e inúmeros cursos, já mencionados, bem como de visitas técnicas a museus do Rio de Janeiro, seguidas de pareceres com diagnósticos e orientações. No final dos anos 80 e na década de 90, percebe-se uma expressiva mudança na postura dos museus da cidade do Rio de Janeiro no sentido de instalar equipamentos de monitoramento ambiental em suas salas de exposição e reservas técnicas, sinalizando, em parte, os positivos influxos do NUPRECON.

3.2 - Pesquisas, laboratórios e o PPG-PMUS

A década de 90, a despeito dos sérios problemas e da falta de recursos que afetaram as universidades públicas em decorrência das intenções de desmonte da Educação e da Cultura, houve avanços em relação ao Curso de Museologia, inclusive com uma nova proposta curricular coordenada pela Prof^a Tereza Scheiner, na verdade, a primeira reforma a ser realizada com base num projeto específico,

²⁰Ver: MARTINS, Luana da Conceição. *O ensino de Conservação-Restauração na formação do museólogo*. Orientação: Ivan C. de Sá. 141 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017.

constando fundamentação teórica, análises de perfis profissionais e revisão de currículos anteriores. Elaborada entre novembro de 1995 e agosto de 1996, esta reforma implementou uma nova matriz curricular oferecida a partir do ano letivo de 1997, com ênfase na formação de um profissional sintonizado à uma visão crítica e interdisciplinar da Museologia contemporânea.

Foi criado um eixo de Comunicação, por meio das disciplinas Comunicação em Museus I, II e III, para dar suporte à exposição curricular, mantida no sétimo período e viabilizada pelas disciplinas Museografia IV e Comunicação em Museus III. A disciplina Pesquisa Museológica: Monografia passou a ter como requisito a disciplina Metodologia da Pesquisa Aplicada à Museologia, específica para a elaboração do projeto de monografia final. As disciplinas Introdução à Ciência da Informação e Representação e Análise da Informação, além de sintonizarem as teorias da documentação e da comunicação com os pressupostos da Ciência da Informação [...] trouxeram novas perspectivas para a capacitação profissional em relação às novas tecnologias. Em síntese, esse currículo representou um importante marco no contexto das transformações curriculares na medida que possibilitou uma formação compatível com os novos sistemas de pensamento, além de consolidar a Museologia como campo disciplinar e enfatizar a interdisciplinaridade, inclusive com a área da Ciência da Informação e das Ciências Sociais, com a implantação de novas disciplinas: Filosofia, Epistemologia e Sociologia Geral. (SÁ, 2014, p. 238-239)

Outro aspecto positivo propiciado pela Universidade refere-se à possibilidade de institucionalização da pesquisa científica, mas como a cultura da pós-graduação ainda não era uma realidade marcante na área da Museologia²¹, o desenvolvimento da pesquisa só se acentuou em meados dos anos 2000, quando vários docentes do DEPM concretizaram o doutorado e apresentaram projetos de pesquisa relacionados à sua própria formação, atuação docente e experiência de pesquisa. No entanto, na Reforma de 1996 já podemos identificar o pleno entendimento da Museologia como campo de conhecimento disciplinar e, conseqüentemente, a importância do museólogo como um pensador que se coloca criticamente diante das questões conceituais deste campo, inclusive no que tange especificamente ao Museu como *locus* da produção de conhecimento e potencial democrático na disseminação deste conhecimento.

A Museologia, como disciplina científica que sintetiza os saberes de outras áreas do conhecimento, percebe o Museu como espaço de saber, ou seja, como gerador de conhecimentos. [...] Do ponto de vista filosófico, entende-se o **Museu como parte integrante dos sistemas de pensamento de cada sociedade, em cada época,**

²¹Ver: ECHTERNACHT, Anna. *Contexto e impacto das bolsas portuguesas na formação profissional em Museologia no Brasil (1964-1973: a experiência de Maria Augusta Machado*. Orientação: Ivan C. de Sá. Dissertação (Mestrado) . Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

contribuindo para reafirmar valores individuais e coletivos de identidade e de memória. [...] **O Museólogo deverá, portanto, ser qualificado para assumir seu papel como intelectual que pense a Museologia em suas diversas relações com o Real, sabendo identificar, no mundo à sua volta, quais as referências que necessitam ser musealizadas.** (SCHEINER; PANTIGOSO, 1996, p. 2, grifo das autoras)

O entendimento da Museologia como campo disciplinar impulsionou o estudo das questões teóricas deste campo, bem como suas relações com o Patrimônio cultural-natural, material-imaterial. Esta tendência revela o amadurecimento do corpo docente do DEPM e, conseqüentemente, do próprio curso. Podemos reconhecer como pontos importantes deste processo de amadurecimento da pesquisa a inserção de vários docentes às discussões nacionais e internacionais da Museologia e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, sobretudo associados a projetos de doutorado. Nesta perspectiva, desde 1999 haviam sido aprovadas duas Linhas de Pesquisa no DEPM e na Escola de Museologia: 1- Museu e Museologia, 2- Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável. Na sequência, os desdobramentos das pesquisas resultaram, nos anos 2000 e 2010, na vinculação a núcleos e laboratórios: Núcleo de Estudos em Museologia, Patrimônio e Turismo-NUCLEM (2005), Núcleo de Memória da Museologia no Brasil-NUMMUS (2005), Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus-NUGEP (2016), Núcleo de Museologia, Território e Sociedade-NuMTeS (2016) e Laboratório de Museologia Experimental-LAMEX (2017).

A proposta do NUCLEM, conforme idealizado pela Prof^a Tereza Scheiner, remonta ao início dos anos 2000 objetivando centralizar e consolidar as pesquisas em curso no DEPM. Sua concepção correu paralelamente à proposta de implantação de um programa de pós-graduação que ganhou força entre os anos de 2002 e 2004, quando foi elaborado o primeiro projeto. Submetido à apreciação da CAPES, foi recomendada uma reformulação do quadro docente, proposta que convergiu para o estabelecimento de um convênio da UNIRIO com o Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST. Em 2005, ao ser reapresentado à CAPES, o projeto foi aprovado. No ano seguinte, o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS foi instalado, inicialmente com o oferecimento do mestrado e ampliado para doutorado a partir de 2011.

Nestes mais de quinze anos de pleno funcionamento, o PPG-PMUS-UNIRIO/MAST tem contribuído com a discussão teórica do campo da Museologia por meio de dissertações e teses que enfatizam "a pesquisa e a reflexão crítica, em

ambiente de produção de conhecimento, propiciando a implementação de pesquisas e projetos especializados e tendo como tema a Museologia, o Patrimônio e o desenvolvimento Sociocultural" (PPG-PMUS, Regulamento Geral, 2021, p. 2). No âmbito do diálogo da pós-Graduação com a graduação, podemos identificar uma conexão produtiva entre os laboratórios e núcleos, dos mais 'antigos', como o LADEX e o NUPRECON, aos mais recentes como o NUCLEM, o NUMMUS, o NUGEP, o NuMTeS e o LAMEX, na medida em que se converteram no epicentro das discussões e pesquisas possibilitando uma articulação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 - Os anos 2000

Os anos 2000 representaram um momento de otimismo para o campo da Museologia com a implementação de uma política pública de Educação e Cultura nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Mais que isso, podemos afirmar que houve o desenvolvimento de uma política pública específica de museus que repercutiu na Educação, mais diretamente nas universidades públicas, e propiciou a criação de vários cursos de Museologia mudando consideravelmente o quadro das graduações nesta área:

O Ministério da Cultura desenvolveu um amplo projeto de apoio aos museus e, em 2003, foi criado no IPHAN o Departamento de Museus (Demu), atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), para tratar especificamente das questões dos museus. Uma das primeiras iniciativas do Demu foi pôr em prática uma Política Nacional de Museus (PNM), apresentando programas para gestão do campo museológico, inclusive formação e capacitação de Recursos Humanos. Consonante com isso, o Demu investiu no oferecimento de oficinas, na captação de recursos para atualização técnica dos museus e incentivou a criação de cursos de Museologia em vários estados. Essas propostas convergiram para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²², lançado em 2007, que incentivou o crescimento das universidades federais e possibilitou o investimento em construções e reformas de prédios, contratação de docentes e aquisição de equipamentos. Com isso, novas graduações em Museologia foram criadas em vários estados e num curto espaço de tempo o quadro dos cursos de Museologia passou de dois para quinze, rompendo a hegemonia dos cursos de Museologia da UNIRIO e da UFBA. (SÁ, 2014, p. 239)

Um dos impactos da adesão da UNIRIO ao projeto REUNI consistiu nos recursos para a construção de um novo prédio anexo ao CCHS, uma questão

²²Decreto nº 6.096, de 24/04/2007.

importante diante da séria falta de espaços neste centro que tem afetado, sobretudo, os cursos de Museologia. Não obstante os recursos do REUNI, a demanda de espaços é um problema que se arrasta aos dias atuais diante do imbróglio judicial entre a universidade e a empresa vencedora da licitação que atrasou a construção do prédio em alguns anos. Hoje, o prédio encontra-se praticamente pronto, mas a empresa decretou falência e a universidade não dispõe de recursos próprios para sua finalização. Um verdadeiro impasse em decorrência dos aviltantes e crescentes cortes de verbas infligidos às universidades pelo governo federal nestes últimos anos. O adiamento na construção do prédio anexo ao CCH tem afetado diretamente a Escola de Museologia, na medida em que retarda a possibilidade de um novo salão para as Exposições Curriculares, bem como para os laboratórios que se encontram mal instalados ou improvisados em espaços compartilhados.

Outro aspecto positivo do REUNI, felizmente concretizado, refere-se ao oferecimento da graduação em Museologia no turno da noite. Uma reivindicação antiga que esbarrava nas carências do DEPM, sempre enfrentando limitações em seu corpo docente. No início da década de 1970, ainda no MHN, houve uma experiência de oferecer o curso à noite, no entanto, sem continuidade em decorrência do Museu não ter estrutura para manter mais de um turno. As limitações do quadro docente verificadas no MHN, foram constantes no contexto da UNIRIO, impedindo a duplicação do curso no turno da noite. Com isso, frequentemente a Escola de Museologia era associada a uma postura elitista e questionada por não pensar na inclusão de um público em potencial, mas impossibilitado de estudar por cumprir jornada diária de trabalho. Assim, a adesão ao REUNI viabilizou a destinação de vagas docentes ao DEPM e a outros departamentos que atendiam ao curso. Com isso, a Escola de Museologia pode reformular seu Projeto Político Pedagógico de 2008 e apresentar o projeto de duplicação do curso integral no turno da noite. Aprovado em 2010, desde 2011 têm sido oferecidas regularmente entradas anuais do Curso de Museologia-Noturno, **suprindo uma demanda de mais de três décadas.**

Considerações finais

Ao longo de sua 'saga' de 90 anos, o Curso de Museologia, da Escola de Museologia da UNIRIO, é bastante revelador da trajetória que a formação em Museologia enfrentou no país até se consolidar. Primeiramente, podemos concluir que a experiência deste curso acabou repercutindo na tendência que marcou o cenário

brasileiro de capacitação do profissional de museus por meio da graduação. Outra característica decisiva que marcou a formação em Museologia pode ser reconhecida na relação do ensino/formação em Museologia com universidades públicas. A experiência de cursos de Museologia em universidades particulares tem indicado uma tendência à descontinuidade, como podemos verificar nos exemplos de cursos oferecidos no Rio de Janeiro, em meados da década de 70, pela FAMMARO²³ e pela então Faculdades Integradas Estácio de Sá-FINES²⁴.

A despeito da formação surgir no âmbito de instituições públicas, federais, como atestam o Curso de Museus-MHN (1932), depois Curso de Museologia-FEFIERJ (1977)/UNIRIO (1979) e o Curso de Museologia da UFBA (1970), esta formação ficou à margem das políticas públicas, ou melhor, das políticas públicas de Estado, provavelmente, causa maior da não abertura de outros cursos durante algumas décadas.

O Curso de Museus-MHN sobrevivia com poucos recursos e funcionou por mais de quarenta anos à custa de muito idealismo e obstinação de seus professores. Sua transferência para a Universidade foi igualmente marcada por dificuldades que são comuns aos cursos universitários, mas mais acentuados nas áreas de Humanas. As dificuldades eram as mesmas, carência de professores, de funcionários administrativos, de espaços e equipamentos etc., tudo isso em decorrência da limitação da verba destinada às universidades. E havendo recursos, as áreas da Saúde e das ditas Ciências Exatas quase sempre têm prioridade na distribuição.

O caráter desbravador do Curso de Museologia da UNIRIO, possibilitou uma experiência de 90 anos de funcionamento ininterrupto no qual este curso pôde vivenciar todas as várias fases do desenvolvimento da formação no Brasil, desde a implantação, como um curso ainda incipiente, inserido na estrutura de um museu público, nacional, até sua vinculação à universidade. No entanto, apesar de todas as dificuldades inerentes ao pioneirismo e à própria natureza da formação, não podemos deixar de reconhecer que a concepção deste primeiro curso convergia, de uma maneira que poderíamos chamar de avançada, às tendências dos museus e da Museografia que se consolidava no cenário europeu e norte-americano na década de 1930. Assim, este curso estava sintonizado com a Museologia-Museografia de seu tempo e praticamente não tinha outros cursos regulares para interlocução, a não ser com o primeiro a inaugurar o estudo da Museografia na Escola do Louvre.

²³Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon.

²⁴Depois Universidade Estácio de Sá-UNESA.

A Museologia-Museografia dos anos 30 e 40, a despeito de algumas propostas já 'modernas', principalmente na relação com o público, priorizava o acervo/coleções como sua principal razão de ser e, conseqüentemente, os aspectos mais técnicos do museu. As mudanças para a concepção contemporânea de Museologia foi um processo que durou algumas décadas e cujas bases conceituais mais sólidas encontram-se no limiar da década de 70, período que correspondeu às transformações mais profundas verificadas no curso e que coincide com sua transferência para o contexto universitário. Devemos salientar que os debates e questionamentos foram suscitados ainda no MHN e quando o curso foi absorvido pela FEFIERJ/UNIRIO, já havia passado por uma transformação bastante acentuada, inclusive com a implantação das Exposições Curriculares num modelo conceitual inovador e ainda praticado na atualidade.

Na UNIRIO, além de vivenciar o ambiente enriquecedor de uma universidade, ou seja, o cotidiano acadêmico de intercâmbio entre cursos, professores e estudantes de várias áreas, o Curso de Museologia pôde se integrar aos debates, discussões e eventos multidisciplinares de um centro universitário. Além disso, o curso experimentou também uma realidade de departamentalização em âmbito realmente universitário. Entretanto, um aspecto importante propiciado pela universidade refere-se ao alargamento das propostas de Pesquisa e de sua relação com a Museologia, sobretudo com a possibilidade de criação de núcleos e laboratórios e do diálogo multidisciplinar estabelecido entre eles. Fatalmente, o Curso de Museologia enfrentou também dificuldades sérias em virtude de ser absorvido pela FEFIERJ/UNIRIO²⁵, então uma universidade com apenas dez anos de existência e também com muitos obstáculos de recursos e estrutura a enfrentar, uma vez que 'herdou' múltiplos problemas dos vários cursos que incorporou. Mas a experiência com a adversidade trazida do MHN, conferiu ao corpo docente e técnico, bem como aos docentes, a obstinação necessária para lidar e resistir aos novos problemas da universidade. Sem dúvida, mesmo com todos os entraves que lhe são peculiares, a universidade, por sua essência, foi saudável, positiva e necessária para o desenvolvimento e atualização do curso às questões contemporâneas, não somente da Museologia, mas da Educação, da Cultura e da Ciência, numa perspectiva mais ampliada.

Os cursos de Museologia implantados nos anos 2000-2010, já surgiram no contexto universitário e, apesar das dificuldades de praxe, não tiveram que passar por

²⁵A origem da UNIRIO encontra-se na Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara-FEFIEG (Decreto-Lei nº 773, de 20/08/1969), em 1975 transformada em FEFIERJ com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

um longo período de 'aprendizado', ou seja, por um processo constante de adaptação e atualização às mudanças, aos "novos tempos" e às transformações filosóficas e conceituais do campo da Museologia. Os 'novos' cursos – alguns atualmente não mais tão novos em torno dos 15, 10 anos de existência – já encontraram o campo da Museologia praticamente 'pacificado' em termos conceituais e se beneficiaram dos primeiros avanços que marcaram o desenvolvimento da Museologia nos anos 1930, bem como dos importantes embates, discussões e transformações teóricas verificadas nos anos 1970. Em síntese, no escopo dos estudos sobre a formação e o ensino em Museologia no Brasil, que corresponde ao desenvolvimento do próprio campo, o Curso de Museologia da UNIRIO, antigo Curso de Museus-MHN, é um importante 'termômetro' para registrar, não somente os aspectos de pioneirismo, mas também os empecilhos confrontados e os avanços conquistados no decorrer destas nove décadas. Talvez a principal lição legada a todos nós do campo - museólogos, professores e estudantes - é que precisamos resistir!

Referências

- BRASIL. *Decreto nº 21.129*, de 07/03/1932. Cria no Museu Histórico Nacional o Curso de Museus. D.O.U., Rio de Janeiro, DF, 15 mar. 1932. Seção I, p. 4. 414.
- _____. *Decreto nº 16.078*, de 13/07/1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus. D.O.U., Rio de Janeiro, DF, 15 jul. 1944, Seção I, p. 12. 474.
- _____. *Decreto nº 58.800*, de 13/07/1966. Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. D.O.U. Brasília, DF, 18 de jul. de 1966,
- _____. *Lei nº 7.287*, de 18/12/1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. D.O.U., Brasília, DF, 18 dez. 1984.
- _____. *Parecer CNE/MEC*, nº 4127/74, de 06/12/1974. Regimento e Currículo do Curso de Museus. Resolução. D.O.U. Brasília, DF, 1975.
- PITAGUARY, G. (Org.); SÁ, I. C. (Org.). *A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: Memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945*. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2006. 137p.
- SÁ, I. C.; SIQUEIRA, Graciele. K. *Curso de Museus - MHN, 1932-1978 : alunos, graduandos e atuação profissional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola de Museologia-UNIRIO, 2007. 269 p.
- SÁ, I. C. Do Curso de Museus à Escola de Museologia - Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Org.: Aline M. Magalhães, Rafael Z. Bezerra – Rio de Janeiro: MHN, 2014, p. 221-241.
- _____. Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 e 1970. *Museologia & Interdisciplinaridade*. v. 8, n. 16, p. 236-257, Jul./Dez. de 2019.
- _____. Formação em Museologia no Brasil: rupturas e transformações nas décadas de 1960 e 1970. In: *Museologia e Patrimônio*. Coord.: Fernando Magalhães, Luciana Costa, Francisca Hernández e Alan Curcino. Instituto Politécnico da Leiria, Portugal. v. 2. 2019. p. 246-276.

_____. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Edição alusiva aos 75 anos do Curso de Museus (1932-2007). Rio de Janeiro, v.39, p. 10-42, 2007.

SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella. *Projeto de Reformulação Curricular – Escola de Museologia / CCH / UNIRIO*. Novembro de 1995 / agosto de 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS/UNIRIO*. 2021. p. 2.

Data de recebimento: 09.10.2022

Data de aceite: 11.11.2022